

## Degração Audiência Pública RESIDENCIAL IPÊ

Legenda:

(mm:ss): tempo da fala.

(...): trechos ou palavras inaudíveis.

...: pausa.

(?): palavra ou trecho sem compreensão.

*Expressão(?) dúvida no entendimento escrito*

Senhor Antônio Terra (00:05)

Boa noite a todos. Em nome do Brasília Ambiental gostaria de agradecer a presença de todos os participantes aqui na nossa Audiência Pública. Mais uma audiência que a gente faz aqui dentro dos processos de licenciamento ambiental. Meu nome é Antônio Terra. Sou assessor da Superintendência de Licenciamento Ambiental, da SULAM, vou conduzir a Audiência Pública presidindo a Audiência Pública de hoje referente a apresentação do relatório de impacto de vizinhança, RIVI, parcelamento de solo urbano, referente ao licenciamento ambiental licença prévia do empreendimento denominado RESIDENCIAL IPÊ, realizado na fazenda Santa Bárbara, da DF140, quilômetro 02, na Região Administrativa do Jardim Botânico. Para quem ainda não está acostumado com as Audiências Públicas aqui que a gente tem feito dentro desse formato do licenciamento ambiental inicialmente a gente faz a leitura e passa as informações como funciona Audiência Pública Virtual passando o regulamento básico, como é que as pessoas participam, como se dá os encaminhamentos da participação, principalmente, e o regramento básico da Audiência Pública. Lembrando que todas as informações referentes a Audiência Pública estão publicadas no site do Brasília Ambiental. Então, lá no site vocês encontram o regulamento da Audiência Pública, os estudos ambientais que ficam disponíveis e toda documentação referente a essa Audiência Pública caso alguém tenha interesse em buscar mais informações. O processo é de licenciamento ambiental ele é um processo público. Então, pode ter acesso como usuário externo para verificar outras informações mais detalhadas dentro do processo de licenciamento. Então, visando uma maior participação essa Audiência Pública ela se dá no formato virtual que é um formato que a gente tem adotado para todas as nossas Audiências Públicas aqui do licenciamento a partir da pandemia que permitiu que fosse feita nesse formato online. É um formato que a gente vem aprimorando e que tem proporcionado cada vez mais uma participação dentro dos processos de licenciamento e essa participação é muito importante para que a gente possa aprimorar cada processo de licenciamento específico as contribuições que todos os interessados passam para a gente. Só para reforçar aqui então, as informações da audiência na data de hoje, 24 de janeiro de 2023, com início às 19:00 h e o encerramento previsto para as 21h45min já incluído o intervalo de 15 minutos previstos para ser realizado logo após a exposição técnica pela equipe da consultoria ambiental e depois nós temos início das manifestações dos participantes com a possibilidade da prorrogação da audiência por 30 minutos caso seja necessário se a gente tiver que atender ainda a participação, tentando atender a participação de todos os interessados nessa Audiência Pública. O embasamento legal dessa Audiência Pública ele tem como normativa a Instrução do IBRAM número 27 de agosto de 2020 e a Resolução CONAMA 494 também de agosto de 2020. Informações gerais sobre o processo que a gente vai tratar aqui nessa Audiência Pública o processo de licenciamento ambiental número 0039100004266/2022-52. O empreendimento como já foi dito é o RESIDENCIAL IPÊ, localizado Fazenda Santa Bárbara, quilômetro 02, DF140, na Região Administrativa do Jardim Botânico. Tipo de licenciamento licença prévia para atividade de parcelamento de solo urbano, interessado é a Empresa Ipê Investimentos, Negócios Imobiliários Ltda e a empresa responsável pela elaboração do estudo ambiental é TT Engenharia Arquitetura e Consultoria Ambiental. Seguindo o trâmite previsto pela legislação o aviso da Audiência Pública foi publicado conforme disposto nos dispositivos previstos no Artigo 5º da Lei 5081 de 2013, publicado no DODF, no jornal de grande circulação e no site e redes sociais do Brasília Ambiental conforme previsto na Normativa 27 de 2020. O objetivo da Audiência Pública apresentação e discussão do relatório de impacto vizinhança, o RIVI, referente ao processo de licenciamento do RESIDENCIAL IPÊ que vis colher sugestões, contribuições e todas as manifestações referente ao estudo ambiental para aprimoramento do processo para que a equipe que faz análise técnica desse processo receba todas essas informações da Audiência Pública, todas essas informações serem incorporadas no processo para que a equipe tenha ciência e conhecimento das informações e possa avaliar referente ao estudo ambiental a necessidade de alguma adequação ou complementação do estudo. O trâmite do processo de licenciamento a gente está na fase da licença prévia é um processo de licenciamento trifásico. Então, ele inicia na licença prévia depois ele tem a sequência de instalação e pôr fim a licença de operação. Nessa parte da licença prévia onde a gente vê a concepção do empreendimento com apresentação do estudo ambiental, manifestação das concessionárias públicas referente ao empreendimento para que a gente possa discutir a questão da viabilidade do empreendimento. Quero destacar que Audiência Pública ela serve para colher todas essas informações. Ela não é um fórum de decisão dentro do processo, bem como existe a possibilidade de participação dos interessados, de toda a

comunidade que tiver interesse nesse processo pode participar não só aqui nesse momento da Audiência Pública, mas pode solicitar informações ao IBRAM pela Ouvidoria, pelos canais de comunicação da Superintendência de Licenciamento Ambiental, bem como ter acesso, como já citei, como usuário externo no SEI para que possa visualizar todo o processo de licenciamento. A Audiência Pública ela é transmitida pelo canal do Brasília Ambiental no YouTube conforme previsto na Resolução CONAMA 494 existe um ponto de acesso físico que ele é obrigatório para aquelas pessoas que tem alguma dificuldade de acesso a internet para que elas possam então, acompanhar a Audiência Pública Virtual. A Audiência Pública de hoje ela está sendo transmitida na Imobiliária dentro da área comercial do Condomínio Ecológico Parque do Mirante na área comercial junto a Imobiliária Remax. Como se dá o encaminhamento das contribuições, dos questionamentos, das perguntas aqui para a mesa. A gente tem três canais que são utilizados para que vocês possam fazer o encaminhamento das contribuições. O primeiro canal é pelo WhatsApp pelo número (61) 99248 9698, pode ser em formato de texto ou de áudio de preferência pelo formato de texto e aquela pessoa que tem alguma dificuldade podendo encaminhar também por áudio aqui para gente. Se for no formato de áudio a gente pede que seja respeitado o limite de três minutos para pessoas físicas e de cinco minutos para aqueles que forem representantes de alguma entidade ou de alguma associação. O outro formato de encaminhamento das contribuições é pelo e-mail licenciamento.ibram@gmail.com, no site do IBRAM também tem um formulário para que possa ser encaminhado pelo e-mail para facilitar o encaminhamento dessas contribuições pelo e-mail podendo encaminhar também caso alguém tenha interesse de apresentar alguma documentação para que fique registrada e componha essa Audiência Pública e posteriormente a ata da Audiência Pública pode encaminhar também essa documentação pelo e-mail ou pelo WhatsApp. Além desses dois canais o chat do YouTube também é um canal de interação dos participantes e que pode ser utilizado também para o encaminhamento das manifestações, dos questionamentos. A gente pede independente do canal que for utilizado a pessoa interessada encaminhe o nome completo, se for representante de entidade encaminhar também o nome dessa entidade e fazer o encaminhamento então, de suas contribuições contendo a identificação do interessado. As mensagens a gente solicita que sejam encaminhadas de forma objetiva para que possa ter o melhor aproveitamento aqui do tempo durante a Audiência Pública. Bom, em relação além desse momento aqui na Audiência Pública a gente tem o encaminhamento que pode ser feito em até 10 dias após aqui da realização da Audiência Pública. A gente também recebe as manifestações tanto pelo WhatsApp quanto pelo e-mail. Quem tiver interesse pode fazer os encaminhamentos e a manifestação da mesa ela vai ser registrada quando a gente fizer o encaminhamento da ata completa da Audiência Pública que também é publicada no site do Brasília Ambiental em até 30 dias após a realização aqui da audiência. Então, até 10 dias podem ser feito o encaminhamento das contribuições a gente também vai incorporar essas manifestações dentro da ata com a devida manifestação aqui da mesa seja pelo IBRAM, pela consultoria ambiental ou pelo empreendedor. Se não houver tempo hábil que a gente possa apresentar aqui todos os questionamentos, as contribuições esses questionamentos que ficarem de fora vão ser incorporados na ata completa com devido encaminhamento da mesa também. O e-mail para fazer o encaminhamento pode ser utilizado o mesmo e-mail aqui da Audiência Pública que é o licenciamento.ibram@gmail.com ou também pode ser utilizado para o e-mail institucional da Superintendência de Licenciamento que sulam@ibram.df.gov.br. O vídeo com a transmissão da Audiência Pública ele fica disponível no canal do YouTube do Brasília Ambiental para que possa ser acessado a qualquer momento por qualquer pessoa que tenha interesse. Mais informações podem ser obtidas no site do Brasília Ambiental tem a abinha lá de Audiências Públicas tem lá tem as informações de todas as Audiências Públicas que estão em andamento e das que foram realizadas pelo Brasília Ambiental. Duração aqui da Audiência Pública então, conforme dito anteriormente, ela tem a duração de duas horas podendo ser prorrogada por mais 30 minutos considerando também o intervalo de 15 minutos que a gente faz para que a gente possa organizar as manifestações. A audiência é dividida em quatro blocos. A abertura que está sendo feito agora com a leitura do regulamento e das regras de funcionamento da Audiência Pública. Finalizado essa parte a gente passa para a exposição técnica de até 30 minutos podendo ser concedido um tempo adicional de até 15 minutos para que seja feita a exposição técnica. Após a exposição técnica a gente faz um intervalo de 15 minutos para organizar as questões, as manifestações que forem encaminhadas aqui para a mesa posteriormente a gente faz o terceiro momento da audiência que é a apresentação das manifestações e as respostas aqui da mesa fazendo, por fim, o encerramento da Audiência Pública. Vou passar agora a palavra Tales Tiago, é o coordenador do estudo técnico, engenheiro civil e engenheiro ambiental, representante da TT Engenharia, Arquitetura e Consultoria Ambiental para que ele faça a apresentação do estudo ambiental, do RIVI.

Senhor Tales Tiago (13:04)

Obrigado,

Terra. Boa noite, pessoal. Estamos aqui reunidos para discutir sobre a parte ambiental do RESIDENCIAL IPÊ relatório de impacto de vizinhança, RIVI, deste parcelamento de solo matriculado no segundo cartório de imóveis, sob a matrícula

162.521. O condomínio, o RESIDENCIAL IPÊ, o interessado são a IPÊ Investimentos e Negócios Imobiliários. O processo de licenciamento está pautado no processo 00039100004266/2022-52. Requerimento de licença prévia, LP, coordenador do RIVI sou eu, Tales Tiago, engenheiro civil, ambiental, sanitário e segurança do trabalho. Equipe que compõe esse estudo é composta de coordenador, Felipe, engenheiro civil, Rafael Fragaça, engenheiro florestal, responsável pela parte da flora, na parte da fauna, doutor Tarcísio (?), Daniel Velho, na parte de herpetofauna. Na equipe técnica também compõe o Yuri, engenheiro civil, a Isabela a engenheira ambiental e Ana Carolina responsável pelo projeto de urbanismo. Bom a TT Engenharia Arquitetura e Consultoria Ambiental fica localizado no Lago Sul na QI 9/11 nas salas 106 a 109 e é a responsável pela elaboração do relatório de impacto de vizinhança, RIVI, do parcelamento IPÊ conforme o termo de referência emitido pelo Brasília Ambiental junto ao processo que já foi explanado. Bom, o local dessa Audiência Pública fica no Jardim Botânico mais especificamente ali na DF140 próximo a região do Setor Habitacional Tororó. Nessa região ela é urbanisticamente norteadada pela DIUR 07 de 2018. O empreendimento recebeu a DIUPE que é a diretriz específica do parcelamento que é a 35 de 2022. Ela limita-se ao norte, sul e leste com propriedades particulares e zona urbana e ainda não parcelada e a oeste seus limites confrontam com a DF140 que é o principal acesso na região. O empreendimento conta com essa configuração, com essa disposição. A área de influência direta do empreendimento é a parte onde está plotado os lotes. Vai ficar mais evidente nas próximas figuras. Também tem o acesso do empreendimento também foi pauta de um processo específico lá no DER. Esse processo conta com apoio lá da duplicação que está sendo feita nesse momento e esse acesso ao parcelamento foi aprovado junto ao processo 0011300017540/2022-88 foi aprovado pela SUTEC lá no DER. Bom, a característica do empreendimento. O imóvel é uma propriedade como foi falado da IPÊ Investimentos. Está registrado no segundo cartório de registro de imóveis. Com uma área total de 22.18 hectares. No passado boa parte dessa gleba, cerca de 15.1 hectares era utilizada para pecuária. A população máxima que pode ser atingida para esse parcelamento é de 1.021 habitantes tendo em vista as restrições que a área tem de APP, área de preservação permanente. Cerca de um 1.76 hectares. A quantidade máxima de unidades habitacionais considerando a população por unidade 3.3 é de 309 unidades habitacionais, contudo, o parcelamento vai contar apenas com 189 lotes que serão dispostos da seguinte forma, 165 lotes para uso residencial unifamiliar da categoria LUOS UOS RO 01, 09 lotes residenciais unifamiliares na categoria RO 02, 06 lotes comerciais na categoria CSIIR 1 NO, 07 lotes comerciais CSIIR 3, 02 lotes de uso institucional para equipamentos na categoria Inst. EP. Fazendo a distribuição do uso do solo na propriedade a gente tem essa caracterização do parcelamento então é possível verificar a maior quantidade de lotes em amarelo uso unifamiliar residencial RO 01, os demais estão ali caracterizados na legenda comercial na frente e as áreas de preservação mantidas. O processo de urbanismo está sob a ótica do processo 39000003892/2022-50 o processo é de competência e está sendo tratado lá na Secretaria de Habitação, na SEDUH. Bom, aqui é o quadro resumo, quadro síntese das unidades imobiliárias. A área de cada grupo de unidades. Então, a gente tem as 165 unidades cerca de 75 mil metros que correspondem essas unidades. Área total possível de parcelamento é de 179 mil metros quadrados, ou seja, 17.91 hectares, também esse empreendimento conta com 15 por cento de área pública. Isso está distribuído na ELUP, nos EPU, Inst. EP que são espaços livres de uso público, ELUP, equipamento público urbano, EPU e também nas áreas verdes obviamente e no sistema de circulação próprio parcelamento. Sobre a questão da permeabilidade. O parcelamento está plotado em cima a APA do Planalto Central onde existe a obrigatoriedade de 50 por cento de permeabilidade da gleba. Então, aqui nesse mapa é possível ver a disposição dos elementos urbanísticos, dos elementos de uso do solo e a configuração na legenda o percentual de cada uso no quesito da permeabilidade. Então, a área verde 90 por cento de permeabilidade, na ELUP 90 por cento de permeabilidade, nos EPU 60 por cento, nas APP 100 por cento, nas APP de nascente 100 por cento, nas APP de vereda 100 por cento, no uso residencial tem uma variação ali de 47 e meio, 40, 20 no comercial, no RO 02 que também unifamiliar 40 por cento, no Inst. EP equipamento público 20 por cento, nas calçadas zero, obviamente, na ciclovia zero, nas vias zero e na faixa de serviço 90 por cento, na faixa de acesso também zero. Bom, na somatória de tudo a gente atinge os 50 por cento de permeabilidade da gleba atendendo uma das exigências da APA do Planalto Central. Bom, esse condomínio, esse parcelamento está inserido na zona urbana de expansão e qualificação. Foi emitido como já dito a DIUPE 35 de 2022 com os possíveis usos conforme a LUOS RO 01, RO 02, CSIIR 01 NO, CSIIR 01 Inst. EP, CSII 03, CSIIR 03, CSII Industrial 01. Não foi observado área de proteção de manancial na região do parcelamento, nem identificado restrições urbanísticas na área. Aqui a gente consegue ver a ADA do estudo ambiental. A ADA que nós utilizamos para o meio físico, para o meio biótico ele está plotado ali em amarelo que é a área diretamente afetada. É a própria área que vai ser destinada para instalação do empreendimento. A área de influência direta seria a poligonal então toda influência do empreendimento seria transmitido na poligonal na área de influência direta. Em rosinha no mapa dá para ver a zona de expansão e qualificação e a zona urbana de uso controlado dois no outro lado da DF140 que já conta sendo o Setor Habitacional Tororó. No quesito das infraestruturas previstas para o parcelamento. No quesito das infraestruturas prevista para o parcelamento. No quesito de abastecimento de água sistema de captação por poços profundos, reservatório de distribuição com posterior conexão com as redes da CAESB quando estiverem disponíveis. Esgotamento sanitário sistema de tratamento individual do tipo cisterna, fossa, sumidouro ou

vala de infiltração, esse sistema é temporário até a CAESB também ter o sistema próprio na região e conseguir atender os parcelamentos ali daquela região. A drenagem urbana, as redes foram projetadas tem a bacia de detenção dentro do próprio imóvel também que foi destinada e instalada plotado na área de equipamento público urbano conforme a norma de drenagem o projeto foi desenvolvido conforme o manual de drenagem da ADASA e o projeto já se encontra aprovado a nível executivo na NOVACAP. A pavimentação do parcelamento será do tipo bloco intertravado nas vias internas conforme a NBR 9.781 de 2012 e a NBR 15.953 de 2011. E o projeto de pavimentação também se encontra aprovado a nível executivo também na NOVACAP. Resíduo sólido doméstico a coleta vai ser feita pela SLU através das cartas consultas que a SEDUH realizou e também através do Ofício 201 de 2022 o SLU explana que tem condições de atender a esse empreendimento. Não haverá lançamento de drenagem pluvial no córrego. Todo essa água vai ser armazenadas nas bacias que foram dimensionadas no tamanho maior para que não houvesse esse extravasamento esse lançamento no córrego. Bom, aqui é possível ver no mapa dos cursos de água (?) e a unidade hidrográfica que parcelamento insere ele está ali na região do Cachoeirinha existe o córrego que faz divisa com a propriedade é o Passagem das Pedras. Esse mapa mostra as áreas de restrição ambiental, as APP. Está plotado aqui área diretamente afetada que é a área passível de parcelamento 17.32 hectares. O parcelamento contempla áreas de APP de curso de água de 30 metros, APP de nascente 50 metros de raio, APP também de vereda conforme a gente vai ver mais na frente as definições que forma utilizadas para definir área da vereda. No tangente ao zoneamento ecológico econômico, ao ZEE, Lei 6.269 de 2019 o parcelamento se encontra plotado sob o risco ecológico de perda de área de recarga de aquífero, risco ecológico de perda de solo por erosão, risco ecológico de contaminação do subsolo e risco ecológico de perdas de áreas de remanescentes de cerrado. Nos mapas a seguir a gente consegue ver essa distribuição. Neste daqui seria a de recarga de aquífero é possível observar que parte do parcelamento está plotado em alto em perda de recarga de aquífero e uma outra parte também está plotado no quesito baixo. Quanto ao risco de perda de solo por erosão parte do parcelamento também está inserido em baixo e em outra parte está inserido em muito alto. Contaminação do subsolo mesma situação. Parte do parcelamento está inserido muito baixo e outra parte está inserido em alto. Risco de perda de remanescente de cerrado nativo boa parte do condomínio da área diretamente afetada está plotada em cima da ausência total de cerrado ou quase ausência total de cerrado e uma pequena parte do parcelamento está sob área de muito alto de remanescente de cerrado nativo. Unidade de conservação. Sobreposição com zonas de uso sustentável da APA do Planalto Central. Então, existe a proximidade de três quilômetros das APA do São Bartolomeu, da APA Gama e Cabeça de Veado não estando inserido na zona de amortecimento de nenhuma unidade de uso sustentável ou de uso integral. Então, o empreendimento está totalmente inserido na APA do Planalto Central e a cerca de três quilômetros dessas APA que foram mencionadas. Quanto as outras unidades de conservação existentes no DF tem o seguinte rádio dez, cinco, três quilômetros. Então, o parcelamento está a três quilômetros do Parque Ecológico do Tororó. Três quilômetros da Estação Ecológica do Jardim Botânico. Cinco quilômetros do Parque Distrital Salto do Tororó. Dez quilômetros da área de interesse ecológico do Córrego Mato Grande. Dez quilômetros do Parque Distrital São Sebastião e dez quilômetro do Refúgio da Vida Silvestre Garça Branca. Então, aqui nesse mapa eu consigo ver a distribuição dessas unidades de conservação no mapa. Então, um raio de três quilômetros, cinco quilômetros, dez quilômetros é possível observar essas unidades plotadas. Nas unidades de proteção integral a gente tem algumas Refúgio da vida Silvestre, Estação Ecológica do Jardim Botânico, o Parque Distrital de São Sebastião, área de Mato Grande, Parque Distrital do Tororó. Então, nós estamos aí plotados aí os raios três, cinco e dez quilômetros. A área de influência, conforme já tinha apresentado a pouco, a área de influência direta que foi considerada é a área prevista no urbanismo para o parcelamento de solo excluindo a área verde que será preservada como está. A área de influência indireta. Área de influência direta, desculpa, se limita a poligonal do parcelamento e a área de influência indireta do meio físico e biótico toda a sub-bacia do Córrego Passagem das Pedras antes de ele se encontrar com o Córrego Cachoeirinha. Então, aqui é possível observar mais uma vez a ADA, área diretamente afetada 17.32 hectares hachurado em amarelo e a área de influência direta é a poligonal do parcelamento. Na questão do meio socioeconômico a área de influência indireta é a RA do Jardim Botânico. No meio socioeconômico. Então, se optou por trabalhar com toda a região do Jardim Botânico como área de influência indireta para o meio socioeconômico. No quesito da declividade o parcelamento está em sua totalidade inserido no relevo plano suavemente ondulado. Pouquíssimo está ali presente no fortemente ondulado a maioria quase que sua totalidade está inserido no relevo plano ou suavemente ondulado. No quesito da tipologia do solo o empreendimento tem na sua maioria a predominância latossolo vermelho. Tem uma pequena parte latossolo vermelho/amarelo e uma outra parte no cambissolo. Mapa de ponto sondagem a trado com confirmação de nível freático. O empreendimento conta com uma área alagada, encharcada, caracterizada como vereda e para fazer essa distinção de até onde essa vereda ia e até onde a gente poderia ocupar foi realizado alguns ensaios na época de seca a trado para confirmação para conformação do nível freático. A tem ali alguns ensaios que foram realizados na época de seca a profundidade de 2.5, de 2.2 metros, 1.84 até 01 metro. E na época de chuva foram realizadas campanhas com mais pontos, com mais pontos amostrais. Então, foi executado 40 pontos em uma malha, em uma malha amostral, desses pontos a distância entre eles foi uma média de 50 metros e o nível freático foi encontrado de 01 até 02

metros, 2.2 metros de profundidade. Então, com base nesse levantamento técnico foi possível, logicamente com a caracterização da fitofisionomia da área, também foi possível fazer a distinção até onde era área, até onde de prolongava a área de vereda. Diagnostico do meio biótico. O inventário florestal ele foi realizado em toda a propriedade. Foi realizado um senso. Foi realizado uma amostragem de tudo, ou seja, o senso. Tudo que está dentro da área inventariada foi levantado, tanto que está nessa área plotada em vermelho e alaranjado foi levantado, foi catalogado. A coleta de dados foi feita como falei, pelo senso, ou seja, amostra de 100 por cento da vegetação. Critério de inclusão de indivíduos arbóreos foi utilizado o termo de referência para supressão vegetal do IBRAM seguindo as orientações contidas na instrução normativa do IBRAM 231/2018 e do Decreto 39.469 de 2018. Pela presença dos dois tipos de vegetação principal foram adotados dois critérios de inclusão na área formação estacional, de cerrado e mata de galeria. Se usou um diâmetro de 1,30 metro (?) com diâmetro de cinco centímetros. Para áreas isoladas em pasto abandonado utilizou-se o diâmetro de 30 centímetros do solo e cinco centímetros DAP. Aqui é possível observar algumas imagens que foram realizadas lá no inventário, na catalogação dessas espécies. Aqui também foi feita é possível ver na figura que todas as espécies foram colocadas plaquetas para identificação e realizada amostragem com uso do GPS. Então, tem todas as coordenadas de todos esses indivíduos. Aqui é possível observar no mapa a área inventariada, obviamente, e as fitofisionomias que foram levantadas em cada uma dessas poligonais que compõe todo o empreendimento. Então, a gente tem cerradão, mata de galeria, mata seca, vereda, vereda não encharcada, uso consolidados como pasto, campo sujo 01 antropizados e mata de galeria antropizado. Lembrando que parte desse uso aqui, dessa distribuição dessas fitofisionomias umas como não vão ser suprimidas não foram levantadas. Então, boa parte da mata de galeria não foi levantada por conta que vai ser na sua integridade preservada. Então, aqui a gente tem um breve histórico das fotos que foram catalogadas lá na área para transformação florestal, no caso aqui em tela cerradão, mata seca, mata de galeria e boa parte da propriedade com árvores isoladas. Uma imagem de cima que é possível as árvores isoladas com campo sujo, húmido, antropizado, cercado, uma parte da vereda ao fundo e a mata de galeria. Bom, no inventário florístico foram catalogados 88 indivíduos arbóreos na fitofisionomia cerradão, 134 indivíduos arbóreos na mata seca, 308 indivíduos arbóreos na mata de galeria, árvores isoladas 390 indivíduos arbóreos. Total inventariado 920 indivíduos. Cerradão segundo a volumetria com um volume de 6,88 metros cúbicos. Mata seca 17.36 metros cúbicos. Mata de galeria 62,61 metros cúbicos. Árvores isoladas 102,52 que é a grande maioria do parcelamento. Total da volumetria do parcelamento em madeira 189,37 metros cúbicos. Bom no quesito da compensação florestal na área de cerradão, mata seca e mata de galeria a área a ser suprimida teve o cerradão 1,19 hectares, mata seca 0,21 hectare e mata de galeria uma pequena parte 0,24. Os coeficientes de acordo com o Decreto cerradão dois, mata seca e mata de galeria quatro. Então, em questão da área a ser compensada 0,39 para cerradão, mata seca 0,87, 0,99 mata de galeria. Para áreas isoladas o valor da compensação foi realizado na proporção de 5 para 01, ou seja, das 390 árvores isoladas inventariadas sendo 19 mortas e 24 exóticas, descontando essas mortes ficou 347 indivíduos vezes cinco 1.735 a compensação florestal. Desse total usando a Portaria SEMA/IBRAM no valor da muda R\$31,07 reais multiplicando por essa quantidade a gente chega a um total de R\$ 53.906, 45 reais a ser pago depositado na conta da FUNAM, Fundo de Meio Ambiente do DF de acordo com o Artigo 36 do Decreto 39.469 de 2018. Quanto a fauna. Na questão da fauna conforme corredor ecológico previsto e previsão de estudo de fauna. A área está inserida na zona sussuarana e lobo guará. A instrução 12 de 2022 estabelece que o empreendimento de 2 a 20 hectares devem ser enquadrados na regra de estudo e fauna com zona de maior sobreposição a ADA ou ASV do empreendimento, no caso seria a ADA que a gente vai ver mais adiante, se não me engano, vou passar aqui, quase a sua totalidade da ADA sobre a zona lobo guará. Então, se o estudo de fauna a ser desenvolvido, no caso já foi desenvolvido, presente no parcelamento é de baixa complexidade. Quando é baixa complexidade não tem captura e só os grupos de avifauna e herpetofauna que são catalogados. Essa situação foi manifestada pelo órgão ambiental conforme a manifestação 17.053 do órgão ambiental aprovando, ratificando que o local contempla baixa complexidade e o caso só tem que fazer avifauna e herpetofauna. Então, aqui o mapa com a poligonal da área plotado, com a ADA plotada também na sua grande maioria está sobreposta sobre a zona lobo guará, uma pequena parte está ali sobreposta a zona sussuarana. Como foi dito estudo de baixa complexidade avifauna, herpetofauna através de um levantamento simplificado de dados primários sem coleta e captura. Então, aqui um pouco da diversidade encontrada no local. A herpetofauna foi encontrado algumas espécies de sape, enfim, lagartixa, alguns animais lá na região. Aqui a mesma coisa. Alguns indivíduos encontrados. No caso da avifauna dentro da área de influência direta e na área de influência indireta foram encontradas algumas espécies ameaçadas de extinção como papagaio-verdadeiro, papagaio-galego e o papa-moscas, por exemplo. Então, foi feito ali uma varredura em todo o sítio ali de estudo, não só dentro da propriedade, mas também em áreas contiguas, em áreas próximas de remanescente vegetação que puderam servir como coleta de dados para o estudo da fauna. Aqui alguns outros registros pica-pau do campo. Bom, no quesito socioeconômico. O objetivo do estudo, na parte socioeconômica, é diagnosticar a realidade da comunidade local no âmbito das condições sociais e econômicas, bem como avaliar os recursos disponíveis na área de influência direta e indireta, os quais sofrerão impactos, positivos ou negativos, com a implantação do empreendimento. Então, aqui é possível observa a área de influência indireta que é toda a Região

Administrativa do Jardim Botânico. A área diretamente afetada, a de influência indireta, o parcelamento e a área de influência indireta é ali do Córrego da Passagem das Pedras. No diagnóstico do meio socioeconômico a área do empreendimento está cercada por população de elevado nível econômico educacional e ocupacional, mas com problemas no que tange a ocupação urbana. O Jardim Botânico possui uma estrutura comercial que está crescendo, mas ainda tem algumas limitações de acesso, enfim, recentemente foi dado início a algumas obras de mobilidade na região que vai desafogar bastante e vai trazer uma certa fluidez para toda a comunidade. Somando a isso são os pontos considerados críticos são a ausência de áreas comunitárias, inexistência de infraestrutura de águas pluviais, a qual deverá ser resolvido com a regularização de parcelamentos de solo existentes na região que ainda por ventura que não tenha sido alvo de regularização e aqueles que ainda são a questão da macrodrenagem que ainda é uma situação que o poder público tem que resolver. No início da ocupação os condomínios utilizavam água de poço artesiano, mas atualmente a infraestrutura da CAESB vem sendo aos poucos instaladas, sendo que na região da DF140 ainda está sendo atendidos com poços. Então, uma parte da RA já conta com atendimento da CAESB, mas na DF140 ainda é atendido com água de poço, aí outorgado pela ADASA. Em relação ao esgoto somente 17.64 dos domicílios são ligados a rede geral. Boa parte do Jardim Botânico não é contemplado com rede de esgoto. Uma pequena parte que fica ali localizado na Estrada do Sol que conta com a ligação de esgoto, mas a DF140 a região ali do Tororó e demais regiões contíguas ainda não conta com nenhum tipo de rede de coleta e nenhum tipo de tratamento de esgoto a não ser ao sistema paliativo de fossa sumidouro. Das infraestruturas a gente já falou um pouquinho, mas é bom lembrar, todos os projetos de infraestrutura elaborado a nível executivo já estão aprovados. A gente sabe que essa exigência é só cobrada na LI, na licença de instalação, mas a gente já se adiantou como projeto de urbanismo preliminar já está aprovado na SEDUH. A gente fez um planejamento das infraestruturas e já conta com o projeto aprovado na CAESB. O projeto de drenagem aprovado na NOVACAP. E o projeto de pavimentação aprovado também na NOVACAP. Esse daqui, esse mapa, essa planta, é possível observar em verde a via pública que vai ser contemplada CBUQ, concreto betuminoso usinado a quente, o famoso asfalto e em alaranjado ruas internas do parcelamento que será de bloco intertravado, bloquete. Essa planta aqui demonstra as redes de drenagem pluvial onde vai ficar localizado as bacias de amortecimento das cheias e uma possível extravasada dessas bacias ai assim ano de retorno acima do esperado pelo temo de referência da NOVACAP que é 10 anos. Essas bacias estão projetadas para 25 anos sairia por uma estrutura e desceria para o córrego com eventual chuva acima da de projeto. Aqui o sistema de abastecimento. O sistema de abastecimento do condomínio de água potável. Então, redes distribuídas pelo parcelamento. Os pontos em vermelho são as localidades que foram plotados os poços profundos. Então, existe a construção de três poços profundos já outorgados pela ADASA. Então, já tem a outorga prévia para a perfuração desses poços que vão alimentar o sistema de abastecimento de água potável do parcelamento IPÊ. Bom, vamos entrar agora nos impactos ambientais do meio físico. Na fase de instalação a gente tem alguns impactos como revolvimento e retirada da camada superficial do solo, redução da permeabilidade do solo, geração de resíduos sólidos, alteração da qualidade do ar devido a emissão de material particulado, geração de ruídos sonoros. Tudo isso na fase de instalação. Início e aceleração dos processos erosivos, alteração da qualidade da água superficial, alteração da disponibilidade de água subterrânea. Na fase de operação a gente alteração da qualidade da água superficial também, redução da permeabilidade do solo, alteração da disponibilidade de água subterrânea durante a operação e isso a aceleração dos processos erosivos e geração de ruídos sonoros. Os impactos do meio biótico. Redução da cobertura vegetal devido a supressão na fase de instalação, perturbação e afugentamento da fauna terrestre também na fase de instalação, alteração do microclima ali da área na fase de instalação também, a perda da biodiversidade local na fase de instalação, e a perturbação e afugentamento da fauna na fase de operação. No meio socioeconômico a gente tem na fase de planejamento a geração de expectativa da população a final são moradias, ocorrência de acidente de trabalho e doença ocupacionais na fase de instalação, mobilização de mão de obra e geração de emprego, bastante positivo, incremento nas atividades comerciais e mercado imobiliário, aumento da receita tributária e transferência de mercadoria na fase de operação, sobrecarga no sistema de coleta e destinação final dos resíduos sólidos e a pressão sobre o sistema viário e adensamento populacional também na fase de operação ali na região. Bom, para mitigar um pouco desses impactos a gente faz o monitoramento e controle ambiental. Então, algumas ações foram previstas no estudo ambiental que são elas, o acompanhamento das ações de limpeza de terreno, remoção da vegetação, espécie da fauna e movimento de terra, ou seja, tem esse monitoramento lá descrito dentro do estudo ambiental, descrição e localização da planta, do canteiro de obras, das infraestruturas do acesso provisório, acompanhamento de resíduos de obra, acompanhamento do tráfego e manutenção do maquinários e veículos, acompanhamento e armazenamento de produtos perigosos, controle de emissão de particulados, acompanhamento e desativação do canteiro de obras. Isso tudo na fase de implantação. Acompanhamento e gerenciamento dos resíduos sólidos incluindo o detalhamento das estruturas de contenção, monitoramento desses resíduos na época chuvosa e o acompanhamento também fotográfico periódico para atender as exigências de possíveis condicionantes de uma possível licença ambiental. Acompanhamento de efluentes de obra incluindo com relação a recursos hídricos superficiais, efluente pluvial e sanitário. Acompanhamento dos processos erosivos e assoreamento incluindo os projetos de terraplanagem contendo

o detalhamento dos locais de corte, aterro, bota-fora, bota-espera. Acompanhamento das obras de recuperação e composição paisagística das áreas impactadas com acompanhamento fotográfico periódico e o acompanhamento e monitoramento da fauna e da flora. Bom, para a gente fechar essa explanação as considerações finais o parcelamento cumpri com a área total de 22 hectares mais apenas 17.91 hectares é passível de parcelamento de solo e esse será utilizado na distribuição de residências, comércio e lotes institucionais. Tendo em vista a manutenção de mais 86 por cento da vegetação nativa remanescente existente no imóvel, atende as diretrizes do ZEE no que tange as áreas dos serviços ecossistêmicos. Considerando também o projeto urbanístico do parcelamento atende as normas de uso e ocupação das normas das ZUS, conclui-se que o projeto de implantação do parcelamento é ambientalmente sustentável e utiliza prioritariamente as áreas já tinham uso consolidado da pecuária e respeitas os 50 por cento da taxa de permeabilização máxima para a gleba objeto do parcelamento de solo. Do ponto de vista das condicionantes do meio físico da área de influência direta do parcelamento apresenta restrições a ocupação e implantação das obras de infraestrutura na proximidade das APP. Essas áreas de restrição serão respeitadas e foram utilizadas no planejamento do parcelamento na integra. Parte da área do parcelamento é composta por cambissolo predominância de declividades menores que 30 por cento em sua quase totalidade. O estudo preliminar de urbanismo já está aprovado pela SEDUH está na fase de anteprojeto aguardando a licença prévia para poder ir para o conselho de planejamento, CONPLAN. No quesito dos projetos executivos eles já estão aprovados em executiva na NOVACAP, na ADASA, na CAESB, na ANEEL Energia, na questão elétrica, então, esses projetos já estão aprovados em todas essas concessionárias. Bom, e para concluir diante dos resultados encontrados durante os levantamentos de campo e posterior processamento de dados a gente está convicto de que, a equipe técnica está convicta que o parcelamento é viável do ponto de vista técnico ambiental desde que atenda as exigências contidas na legislação ambiental distrital e federal. Obrigado eu vou passar a palavra para o Terra novamente.

Senhor Antônio Terra (58:08)

Bom, retornando aqui agradecer ao Tales pela apresentação. A gente utilizou os trinta minutos mais o tempo adicional, mas respeitando o tempo previsto. E a gente sabe que o estudo ambiental ele tem um volume muito grande de informações. Então, as vezes é importante tentar utilizar o máximo tempo aí para poder passar todas as informações para o pessoal e mesmo assim a gente sabe que o estudo ambiental ele contempla um detalhamento de informações muito grande e que este estudo que é apresentado para a equipe e a equipe faz a análise para verificar toda essa compatibilização com a legislação com as questões ambientais para que a gente possa então, vencer essa etapa da licença prévia com a viabilidade o empreendimento. Conforme a gente disse anteriormente com o regimento da Audiência Pública agora a gente faz um intervalo de 15 minutos para que a gente possa organizar as manifestações, os questionamentos, as contribuições que vão ser apresentadas a gente solicita e entende com muito importante a participação de todos. Então, qualquer manifestação é bem-vinda, qualquer que seja crítica, sugestões a audiência é para isso qualquer manifestação ser registrada para que isso possa compor o processo de licenciamento e ser encaminhado para equipe técnica faz uma análise técnica para que ela possa incorporar então, essas informações dentro de sua análise. Então, a gente faz um intervalo de 15 minutos, agora, são 19h59min a gente faz um intervalo, faz a compilação das informações, das contribuições que vão ser apresentadas e a gente retorna após os 15 minutos para a gente dá continuidade então aqui da nossa Audiência Pública.

Senhor Antônio Terra (75:03)

Boa noite a todos novamente. Retornando aqui a Audiência Pública. Então, agora a gente passa para a fase para etapa que a gente encaminha as manifestações aqui dos interessados, das pessoas que estão participando com a gente dessa Audiência Pública o primeiro questionamento aqui é do senhor Marcio Pereira, ele deseja boa noite a todos, se chama Marcio Bruno, estou acompanhando a Audiência Pública aqui do Tororó. Gostaria de perguntar se o empreendimento em questão conflita com a duplicação da DF140? A duplicação da DF140 ali que está em andamento, vou passar aqui para o Tales para que ele possa responder aqui para o Marcio e para os demais participantes aqui da audiência.

Senhor Tales Tiago (75:44)

Marcio, boa noite, obrigado pela pergunta. O empreendimento ele já conta com o recuo ali da faixa de domínio. Essa área foi objeto de consulta da SEDUH para o DER foi comprovado que estava fora da faixa de domínio e não ia interferir em nada com o projeto da duplicação. Pelo contrário, no local foi colocado, foi pensado em um retorno em formato de gota e contemplou também o acesso para o próprio empreendimento para fazer a mobilidade da própria área, o próprio local ali. Foi colocado esse retorno então por ter esse espaço não conflitava, inclusive, esse projeto, esse processo foi compatibilizado do acesso do parcelamento foi compatibilizado com o projeto da DF140 da duplicação com o retorno e isso foi encaminhado, foi entregue a SUTEC lá no DER a superintendência de projeto e esse foi aprovado conforme um dos slides que foi apresentado. Então, esse projeto do acesso compatibilizado com a duplicação da DF140 já foi alvo do DER e também já foi e já conta como aprovado dentro do processo.

Senho Antônio Terra (77:10)

Por enquanto a gente só recebeu a contribuição do Marcio e até sugiro aqui para o Tales se tiver alguma imagem da apresentação que mostre o acesso ali que puder passar de novo aqui para a gente e enquanto o Tales procura aqui a imagem lembrar a todos os participantes que a audiência ela fica gravada aqui no YouTube do Brasília Ambiental, disponível no canal do YouTube do Brasília Ambiental e a gente tem aquela participação posterior a Audiência Pública, mas que faz parte aqui do nosso processo de Audiência Pública, aquela participação de até 10 dias pode ser encaminhado as contribuições tanto pelo WhatsApp quanto pelo e-mail que foi informado aqui na audiência também esses canais de comunicação estão escritos aqui no vídeo. Então, quem quiser fazer as contribuições posteriormente também a Audiência Pública pode fazer os encaminhamentos e a gente fica aqui no aguardo também de outras contribuições que venham ainda da comunidade e dos demais interessados. Vou passar a palavra aqui de novo para o Tales para que possa complementar.

Senhor Tales Tiago (78:26)

Então, nesse slide aqui fica claro a poligonal em vermelho. Já com o recuo da faixa de domínio e a previsão do retorno em gota e também a compatibilização do acesso do empreendimento com a própria DF140. Todo esse projeto ele foi pautado nesse processo que está aqui em tela 11300017540/2022-88. Foi aprovado pelo ofício número 07 de 2022 da SUTEC do DER, superintendência de projeto, e é um dos requisitos para apreciação também do CONPLAN. Como a gente sabia que precisava dessa aprovação, dessa compatibilização a gente já se adiantou já fez essa compatibilização, já aprovou no DER esses projetos de drenagem, pavimentação, sinalização, terraplanagem e geometria para que quando chegasse a hora de ser analisado pelo Conselho de Planejamento essa pendência já estivesse sanada por parte da consultoria.

Senhor Antônio Terra (80:04)

Bom, agradeço ao Marcio aqui novamente seu encaminhamento aqui. Como a gente não recebeu nenhuma outra aqui até o momento a gente faz um novo intervalo de cinco minutos para que a gente possa aguardar novas contribuições ou se não houver mais nenhuma participação agente se encaminha posteriormente para o encerramento aqui da audiência. Agora são 20h19min a gente faz um intervalinho e voltamos 20h24min para que a gente possa ou apresentar novas manifestações aqui, novos encaminhamentos ou então para que a gente faça então o encerramento da audiência. Obrigado.

Senhor Antônio Terra (86:19)

Bom, retornando aqui. A gente não recebeu nenhuma outra nova contribuição. Então, a gente passa para o encerramento da nossa Audiência Pública. Conforme o nosso trâmite previsto aqui a gente faz a leitura das informações sobre a Audiência Pública e os avisos de encerramento. Então, o processo de licenciamento ambiental 0039100004266/2022-52 do empreendimento RESIDENCIAL IPÊ, localizado na Região Administrativa do Jardim Botânico. Tipo de licença a licença prévia para parcelamento de solo urbano. Interessado IPÊ Investimentos Negócios Imobiliários e a empresa responsável pela elaboração do estudo a TT Engenharia Arquitetura e Consultoria Ambiental. Conforme dito essa Audiência Pública ela fica disponível no canal do YouTube do Brasília Ambiental podendo em até 10 dias novas contribuições serem apresentadas e elas são incorporadas a ata completa da Audiência Pública que é publicada no site do IBRAM em até 30 dias contados aqui da data da Audiência Pública. A gente faz a publicação também no DODF da ata suscinta aqui da Audiência Pública com as informações básicas da Audiência Pública também tem essa divulgação feita aí no DODF. Vou passar a palavra para o Tales para suas considerações finais da audiência e a gente retorna para o encerramento.

Senhor Thales Thiago (87:58)

Bom, pessoal, gostaria de agradecer aqueles que participaram da audiência até aqui pelas suas contribuições, pela paciência de ter ficado conosco até agora e ter apreciado a apresentação e agradecer também ao grupo que confiou o trabalho a consultoria a TT Engenharia e agradecer a todos os envolvidos. Obrigado. Boa noite.

Senhor Antônio Terra (88:28)

Em nome do Brasília Ambiental agradeço a todos aqui que participaram da Audiência Pública. Agradeço ao Tales aqui pela apresentação, pessoal da consultoria ambiental, pessoal do IBRAM que teve aqui no apoio, o pessoal da área técnica que também que ajudou na transmissão. Agora são 20h20min. Então, agradecendo a todos encerramos aqui a nossa Audiência Pública desejamos um boa noite a todos os participantes. Obrigado.